Diário Oficial

Maceio - Quarta-feira
17 de Dezembro de 2014

Estado de Alagoas
Unidade Federativa do Brasil

Edição Eletrônica Certificada Digitalmente conforme LEI N° 7.397/2012

Ano 102 - Número 239

Ministério Público

Assinado digitalmente pela
COMPANHIA DE EMPREENDIMENTOS, INTERMEDIAÇÃO E PARCERIAS DE ALAGOAS - CEPAL
Data: Quarta-feira, 17 de Dezembro de 2014 às

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR -GERAL DE JUSTIÇA
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

SUBPROCURADOR GERAL JUDICIAL
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

SUBCORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
VICENTE FELIX CORREIA

OUVIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO
LUIZ BARBOSA CARNAÚBA
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA
DILMAR LOPES CAMERINO
DENNIS LIMA CALHEIROS
VICENTE FELIX CORREIA
JOSÉ ARTUR DE MELO
EDUARDO TAVARES MENDES
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ
MARCOS BARROS MÉRO
WALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY
DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ - **PRESIDENTE**
MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
DILMAR LOPES CAMERINO
AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ
LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO
MARCOS BARROS MÉRO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
ANTÔNIO JORGE SODRÉ VALENTIM DE SOUZA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR
LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 1º CAO
LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 2º CAO
GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
STELA VALÉRIA SOARES DE FARIAS CAVALCANTI

CHEFE DE GABINETE
ALMIR JOSÉ CRESCENCIO

DIRETOR GERAL
CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO
IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO
JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
ARTUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

DIRETORA DE PESSOAL
DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA
ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO
JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA
MARCUS ROBSON NASCIMENTO COSTA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. SÉRGIO JUCÁ, DESPACHOU, NO DIA 15 DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTES PROCESSOS:

Proc: 606/2014.
Interessado: Ministério Público do Estado do Paraná.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Em face da manifestação do Dr. Edelzito Santos Andrade, Assessor Especial da Procuradoria-Geral de Justiça, à fl. 47, remetam-se os autos à Secretaria do Colégio de Procuradores de Justiça.

Proc: 735/2014.
Interessado: Mário César de Albuquerque Pessoa, Técnico do Ministério Público.
Assunto: Requerimento de emissão de nota de empenho.
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Licitações e Contratos. Compras. Pedido de Empenho para fornecimento de materiais hidráulicos, constantes na Ata de Registro de Preços nº 10/2014, lote 9, do pregão eletrônico nº 27/PGJ/2013, para atender à demanda do Ministério Público de Alagoas. Contratação a ser realizada através do Sistema de Registro de Preços - SRP. Pelo deferimento condicionado à comprovação de habilitação fiscal, sugerindo que o procedimento evolua às Diretorias de Programação e Orçamento e Contabilidade e Finanças para as providências cabíveis".

Proc: 2268/2014 (Proc. 3733/2013 e NF nº 1.11.000.001134/2013-31 em apenso)
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 2930/2014.
Interessado: Juízo da 6ª Vara Criminal da Capital.
Assunto: Encaminhando o Proc. nº 0700517-38.2014.8.02.0067 (virtual) para os fins do art. 28 do CPP.
Despacho: Considerando o parecer da Assessoria Técnica que opinou "pela designação de outro Promotor de Justiça no caso em tela, conforme o disposto no art. 28 do Código de Processo Penal (...)", designo a Promotora de Justiça Myriã Tavares Pinto Cardoso Ferro, para adotar as providências que a situação reclama.
Lavre-se a necessária portaria.
Em seguida, encaminhe-se este procedimento administrativo à Promotora de Justiça designada.
Finalmente, oficie-se o Juízo da 6ª Vara Criminal da Capital, com cópia da portaria designatória.

Proc: 3727/2014.
Interessado: Gecoc.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Ao Dr. Edelzito Santos Andrade, Assessor Especial da Procuradoria Geral de Justiça.

Proc: 4110/2014.
Interessado: Supremo Tribunal Federal.
Assunto: Encaminhamento de informações (Ação Civil Originária nº 9992609-75.2013.1.00.0000).
Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a devolução dos autos ao Subprocurador-Geral Judicial.

Proc: 4334/2014.
Interessado: Dr. Paulo Roberto de Melo Alves, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de autorização para residir em localidade diversa.
Despacho: Trata-se de pedido de membro do Ministério Público do Estado de Alagoas para residir fora da comarca, pleito que encontra guarida no art. 129, § 2º, da Constituição Federal e, também, na Resolução nº 26, de 17 de dezembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.
Em atenção ao disposto no art. 13, do Ato Normativo Conjunto 002/2011 PGJ/CGMP, que prescreve a imperiosa oitiva da Corregedoria-Geral do Ministério Público, evoluíram os autos aquele órgão da Administração Superior.
A douta Corregedoria-Geral, constatou que a interessada comprovou "(...) os requisitos objetivos estabelecidos no Ato Normativo Conjunto PGJ e CGMP nº 002/2011, consoante registra nos autos a Assessoria Técnica (...)" (fl. 22).
Imperioso trazer à lume o teor entalhado no art. 2º, do Ato Normativo Conjunto nº 002/2011 PGJ/CGMP, in verbis: "Art. 2º. O Procurador-Geral de Justiça, ouvida a Corregedoria-Geral, e por meio de decisão motivada, em caráter excepcional e em caso de justificada e relevante razão, poderá autorizar a residência fora da comarca ou localidade em que o membro do Ministério Público exercer sua titularidade".
Destarte, preenchidos os requisitos prescritos pelas precitadas normas jurídicas, DEFIRO o requerido pelo ilustre Promotor de Justiça à fl. 02/04.
Publique-se.
Após, arquive-se.

Proc: 4448/2014.
Interessado: Dr. Paulo Henrique da Silva Aguiar, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de autorização para residir em localidade diversa.
Despacho: Trata-se de pedido de membro do Ministério Público do Estado de Alagoas para residir fora da comarca, pleito que encontra guarida no art. 129, § 2º, da Constituição Federal e, também, na Resolução nº 26, de 17 de dezembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.
Em atenção ao disposto no art. 13, do Ato Normativo Conjunto 002/2011 PGJ/CGMP, que prescreve a imperiosa oitiva da Corregedoria-Geral do Ministério Público, evoluíram os autos aquele órgão da Administração Superior.
A douta Corregedoria-Geral, constatou que a interessada comprovou "(...) os requisitos objetivos estabelecidos no Ato Normativo Conjunto PGJ e CGMP nº 002/2011, consoante registra nos autos a Assessoria Técnica (...)" (fl. 22).
Imperioso trazer à lume o teor entalhado no art. 2º, do Ato Normativo Conjunto nº 002/2011 PGJ/CGMP, in verbis: "Art. 2º. O Procurador-Geral de Justiça, ouvida a Corregedoria-Geral, e por meio de decisão motivada, em caráter excepcional e em caso de justificada e relevante razão, poderá autorizar a residência fora da comarca ou localidade em que o membro do Ministério Público exercer sua titularidade".
Destarte, preenchidos os requisitos prescritos pelas precitadas normas jurídicas, DEFIRO o requerido pelo ilustre Promotor de Justiça à fl. 02 e 03.
Publique-se.
Após, arquive-se.

Proc: 4505/2014.
Interessado: Dra. Hylza Paiva Torres de Castro, Promotora de Justiça.
Assunto: Requerimento de autorização para residir em localidade diversa.
Despacho: Trata-se de pedido de membro do Ministério Público do Estado de Alagoas para residir fora da comarca, pleito que encontra guarida no art. 129, § 2º, da Constituição Federal e, também, na Resolução nº 26, de 17 de dezembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.
Em atenção ao disposto no art. 13, do Ato Normativo Conjunto 002/2011 PGJ/CGMP, que prescreve a imperiosa oitiva da Corregedoria-Geral do Ministério Público, evoluíram os autos aquele órgão da Administração Superior.
A douta Corregedoria-Geral, constatou que a interessada comprovou "(...) os requisitos objetivos estabelecidos no Ato Normativo Conjunto PGJ e CGMP nº 002/2011, consoante registra nos autos a Assessoria Técnica (...)" (fl. 40).
Imperioso trazer à lume o teor entalhado no art. 2º, do Ato Normativo Conjunto nº 002/2011 PGJ/CGMP, in verbis: "Art. 2º. O Procurador-Geral de Justiça, ouvida a Corregedoria-Geral, e por meio de decisão motivada, em caráter excepcional e em caso de justificada e relevante razão, poderá autorizar a residência fora da comarca ou localidade em que o membro do Ministério Público exercer sua titularidade".
Destarte, preenchidos os requisitos prescritos pelas precitadas normas jurídicas, DEFIRO o requerido pela ilustre Promotora de Justiça à fl. 02/05.
Publique-se.
Após, arquive-se.

Proc: 4966/2014.
Interessado: Juízo de Direito da 6ª Vara Criminal da Capital.
Assunto: Encaminhando documentos.
Despacho: Considerando o parecer da Assessoria Técnica que opinou "pela designação de outro Promotor de Justiça no caso em tela, conforme o disposto no art. 28 do Código de Processo Penal (...)", designo o Promotor de Justiça Givaldo de Barros Lessa, para adotar as providências que a situação reclama.
Lavre-se a necessária portaria.
Em seguida, encaminhe-se este procedimento administrativo à Promotora de Justiça designada.
Finalmente, oficie-se o Juízo da 6ª Vara Criminal da Capital, com cópia da portaria designatória.

Proc: 5283/2014.
Interessado: Antiógenes Marques de Lira, Procurador de Justiça - Presidente do CETI.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Junte-se aos autos o parecer da Consultoria Jurídica. Em seguida, à Diretoria de Comunicação Social para se manifestar.

Proc: 5502/2014.
Interessado: Dr. Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Procurador de Justiça/Diretor do 2º CAO/MP.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Pedido de revisão de preços do contrato nº 19/2014. Aumento do valor da gasolina. Valor proposto abaixo do preço médio praticado pela Agência Nacional do Petróleo - ANP no município de Arapiraca. Parecer favorável do gestor do contrato após análise de preços repassada pelas distribuidoras. Equilíbrio financeiro do contrato. Previsão da cláusula 15.1 e 16 do contrato. Possibilidade jurídica de formalização de Termo Aditivo do Contrato de Fornecimento Parcelado de Combustível nº 19/2014. Necessidade de parecer quanto a disponibilidade orçamentária e financeira e juntada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista. Aplicação do art. 65, inciso II, alínea "d" e § 5º da Lei nº 8.666/93. Pelo deferimento, após o cumprimento das exigências ora exaradas".

Proc: 5515/2014.
Interessado: Thiago Henrique Austregésilo de Athayde Chada, Gestor da Ata de Registro de Preços nº 11/2014.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Acolho o parecer da Consultora Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Licitações e Contratos. Compras. Pedido de Empenho para confecção e fornecimento de seis (6) carimbos em plástico com reabastecimento automático, contante na Ata de Registro de Preços nº 11/2014, lote único, do pregão eletrônico nº 25/PGJ/2013 para atender à demanda do Ministério Público de Alagoas. Contratação a ser realizada através do Sistema de Registro de Preços - SRP.

Pelo deferimento, sugerindo ulterior emissão do empenho, bem como que o procedimento evolua às Diretorias de Programação e Orçamento e Contabilidade e Finanças, para as providências cabíveis".

Proc: 5542/2014.
Interessado: Diretoria das Unidades Penitenciárias/Secretaria de Estado da Ressocialização e Inclusão Social.
Assunto: Encaminhamento de informações.
Despacho: Ciente. Arquive-se.

Proc: 5559/2014.
Interessado: OAB Alagoas.
Assunto: Encaminhamento de informações.
Despacho: Ciente. Arquive-se.

Proc: 5624/2014.
Interessado: Thiago Henrique Austregésilo de Athayde Chada, Gestor da Ata de Registro de Preços nº 11/2014.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Acolho o parecer da Consultora Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Licitações e Contratos. Compras. Pedido de Empenho para confecção e fornecimento de oito (8) carimbos em plástico com reabastecimento automático, contante na Ata de Registro de Preços nº 11/2014, do pregão eletrônico nº 25/PGJ/2013 para atender à demanda do Ministério Público de Alagoas. Contratação a ser realizada através do Sistema de Registro de Preços - SRP. Pelo deferimento, sugerindo ulterior emissão do empenho, bem como que o procedimento evolua às Diretorias de Programação e Orçamento e Contabilidade e Finanças, para as providências cabíveis".

Proc: 5633/2014.
Interessado: Dr. Marcus Rômulo Maia de Mello, Promotor de Justiça.
Assunto: Encaminhamento de documentos.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 5643/2014.
Interessado: Central de Conciliação da Comarca da Capital.
Assunto: Encaminhamento de informações.
Despacho: Averbe-se o teor do elogioso ofício nas fichas funcionais dos Doutores Edelzito Santos Andrade, Péricles Gama de Lima Filho, Adriana Accioly de Lima Vilela e Norma Sueli Tenório de Melo. Após, arquive-se.

Proc: 5644/2014.
Interessado: Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.
Assunto: Encaminhamento de informações.
Despacho: Ao Dr. Antônio Jorge Sodré Valentim de Souza, Promotor de Justiça encarregado da interlocução com o Conselho Nacional do Ministério Público.

Proc: 5652/2014.
Interessado: Promotoria de Justiça de Colônia Leopoldina.
Assunto: Encaminhamento de informações.
Despacho: Defiro. À Assessoria do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça para as providências cabíveis. Após, arquive-se.

Proc: 5653/2014.
Interessado: Juízo de Direito do Cartório Plantonista Cível da Capital.
Assunto: Encaminhamento de documentos (cópia de peças do Processo nº 0700161-46.2014.8.02.0066.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 5659/2014.
Interessado: 23ª Promotoria de Justiça da Capital.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Ao Departamento de Auditoria Contábil desta PGJ.

Proc: 5662/2014.
Interessado: José Alberto Ribeiro, Técnico do Ministério Público.
Assunto: Requerimento de exoneração.
Despacho: Defiro. Lavre-se o ato respectivo. Após, à DP para as medidas cabíveis.

Proc: 5674/2014.
Interessado: 23ª Promotoria de Justiça da Capital.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Ao Departamento de Auditoria Contábil desta PGJ.

Proc: 5675/2014.
Interessado: 23ª Promotoria de Justiça da Capital.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Ao Departamento de Auditoria Contábil desta PGJ.

Proc: 5676/2014.
Interessado: Manoela Isaura Luna Viana de Omena e outras, Analistas do Ministério Público - Área Jurídica.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À DP para informar.

Proc: 5677/2014.
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhamento de documentos (NF nº 1.11.000.001491/2014-81).
Despacho: À Promotoria de Justiça de Viçosa.

Proc: 5678/2014.
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhamento de documentos (NF nº 1.11.000.000861/2014-62).
Despacho: À Promotoria de Justiça de Messias.

Proc: 5679/2014.
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhamento de documentos (NF nº 1.11.000.001492/2014-25).
Despacho: À Promotoria de Justiça de Igreja Nova.

Proc: 5680/2014.
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhamento de documentos (NF nº 1.11.000.001487/2014-12).
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 5681/2014.
Interessado: Procuradoria da República em Alagoas.
Assunto: Encaminhamento de documentos (NF nº 1.11.000.001493/2014-70).
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 5683/2014.
Interessado: 38ª Promotoria de Justiça da Capital.
Assunto: Encaminhamento de informações.
Despacho: Ciente. Arquive-se.

Proc: 5684/2014.
Interessado: Núcleo de Defesa do Patrimônio Público do 1º CAO/MP.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À DG para informar.

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO ESTADO DE ALAGOAS, PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM EXERCÍCIO, DR. WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA, DESPACHOU, NO DIA 16 DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTES PROCESSOS:

Proc: 834/2014.
Interessado: Agência Nacional do Petróleo - ANP.
Assunto: Encaminhamento de cópia de Procedimentos Administrativos.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 4495/2014.
Interessado: Assessoria Militar desta PGJ.
Assunto: Aquisição de material.
Despacho: Acolho o parecer da Consultora Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Licitações e Contratos. Aquisição de vinte (20) unidades de cones de trânsito, visando a atender às necessidades da Procuradoria Geral de Justiça de Alagoas. Justificada a necessidade da aquisição. Orçamento nº

118/2014, elaborado pelo setor de compras contendo cotações de preços no mercado local. Aplicação do art. 24, inciso II, c/c art. 23, inciso II, alínea "a" da Lei nº 8.666/93. Possibilidade de contratação direta pelo menor preço, apresentado pela pessoa jurídica "Simone Campos & Campos Segurança e Sinalização LTDA", no valor total de R$ 482,00 (quatrocentos e oitenta e dois reais). Existência de disponibilidade orçamentária e financeira para o atendimento da despesa. Pelo deferimento".

Proc: 4885/2014.
Interessado: Dra. Adriana Gomes Moreira dos Santos, Promotora de Justiça.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo- Pedido de providências. Erro do sistema de lançamento em folha de pagamento. Pagamento a menor de adicional de férias. Fato detectado conforme análise da ficha financeira da servidora e providências do chefe de preparação e pagamento de pessoal do órgão ministerial. Pelo reconhecimento do crédito, com fulcro no art. 7º, inciso XVII da Constituição Federal aplicado aos membros do Ministério Público com espeque no art. 62 da Lei Complementar nº 15/1996, sugerindo o envio dos autos às Diretorias de Pessoal, Programação e Orçamento e Contabilidade e Finanças para as providências que o caso requer".

Proc: 5242/2014.
Interessado: Dra. Alexandra Beurlen, Promotora de Justiça e Gerente do projeto "SOCIOEDUCAÇÃO : LUGAR DE ADOLESCENTE É EM CASA".
Assunto: Requerimento de diárias.
Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavrem-se as portarias respectivas, em seguida, arquive-se.

Proc: 5262/2014.
Interessado: Juízo de Direito da 12ª Vara Criminal da Capital.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Apense-se ao Proc. 212/2014. Após, atenda-se ao solicitado.

Proc: 5437/2014.
Interessado: Dr. Jomar Amorim de Moraes, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de diárias.
Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, arquive-se.

Proc: 5456/2014.
Interessado: Jackson Costa dos Santos, Encarregado pelo setor de Transportes.
Assunto: Requerimento de autorização.
Despacho: Acolho o parecer da Consultora Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo - Licitações e Contratos. Serviço de revisão de veículo pertencente a frota no Ministério Público. Período da garantia. Justificada a escolha da concessionária ora habilitada. Aplicação do art. 24, inciso XVII da Lei 8.666/93 e suas alterações. Apresentação das certidões de regularidade jurídica e fiscal da fornecedora dos serviços e informação prévia da existência de disponibilidade financeira e orçamentária. Pelo deferimento da dispensa de licitação para contratação da empresa BOATERRA Veículos e Peças Ltda., no valor de R$ 749,63 (setecentos e quarenta e nove reais e sessenta e três centavos)."

Proc: 5457/2014.
Interessado: Jackson Costa dos Santos, Encarregado pelo setor de Transportes.
Assunto: Requerimento de autorização.
Despacho: Acolho o parecer da Consultora Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo - Licitações e Contratos. Serviço de revisão de veículo pertencente a frota no Ministério Público. Período da garantia. Justificada a escolha da concessionária ora habilitada. Aplicação do art. 24, inciso XVII da Lei 8.666/93 e suas alterações. Apresentação das certidões de regularidade jurídica e fiscal da fornecedora dos serviços e informação prévia da existência de disponibilidade financeira e orçamentária. Pelo deferimento da dispensa de licitação para contratação da empresa BOATERRA Veículos e Peças Ltda., no valor de R$ 298,91 (duzentos e noventa e oito reais e noventa e um centavos)."

Proc: 5461/2014.
Interessado: Dr. José Antônio Malta Marques, Promotor de Justiça.
Assunto: Solicitação de abono de faltas em favor da servidora Maria Helena Cavalcante Fernandes.
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo - Servidores Públicos - Jornada de Trabalho. Ato PGJ/AL nº 19/2012. Ausência de registro de ponto eletrônico de período de labor que se pretende compensar. Apresentação de justificativa e ratificação por parte do superior hierárquico. Pedido de reconhecimento de banco de horas laboradas em período extraordinário e ulterior compensação. Hipótese que enseja a manifestação do juízo discricionário da autoridade administrativa competente. Nada a opor, sugerindo o encaminhamento dos autos à Diretoria de Pessoal, para as providências cabíveis". Defiro. À DP.

Proc: 5468/2014.
Interessado: Promotoria de Justiça Coletiva Especializada de Fundações.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo-Termo aditivo de prorrogação do Convênio de Cooperação Técnica formalizado entre a Fundação Alagoana de Pesquisa Educação e Cultura - FAPEC e o Ministério Público Estadual. Hipótese de inexigibilidade de licitação, aplicação do art. 116 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Cessão de servidor sem ônus para o Órgão Ministerial. Previsão da cláusula terceira do convênio. Pelo deferimento".

Proc: 5494/2014.
Interessado: Doutores Alfredo Gaspar de Mendonça Neto e Antonio Luiz dos Santos Filho, Promotores de Justiça.
Assunto: Requerimento de diárias.
Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, arquive-se.

Proc: 5501/2014.
Interessado: Janixon Montes Barbosa, Assessor de Logística e Transporte.
Assunto: Requerimento de diárias.
Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, arquive-se.

Proc: 5516/2014.
Interessado: Diretoria de Apoio Administrativo.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Licitações e Contratos. Aquisição de montagem de divisória de 2 cm de espessura, visando a atender às necessidades da Procuradoria Geral de Justiça de Alagoas. Justificada a necessidade da aquisição. Orçamento nº 116/2014, elaborado pelo setor de compras contendo cotações de preços no mercado local. Aplicação do art. 24, inciso II, c/c art. 23, inciso II, alínea "a" da Lei nº 8.666/93. Possibilidade de contratação direta pelo menor preço, apresentado pela pessoa jurídica "Tanisio Sampaio Oliveira de Araújo", no valor total de R$ 783,00 (setecentos e oitenta e três reais). Existência de disponibilidade orçamentária e financeira para o atendimento da despesa. Pelo deferimento, condicionado à prova de regularidade do recolhimento de encargos sociais junto ao INSS".

Proc: 5521/2014.
Interessado: Prefeitura Municipal de Parnaíba/PI.
Assunto: Requerimento de Adesão a Ata de Registro de Preços.
Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Pedido de adesão da Ata de Registro de Preço PGJ nº 13/2013, que tem por objeto a futura e eventual contratação de serviço de telefonia móvel pessoal (SMP). Informação do gestor da ata. Existência de saldo disponível. Ata vigente. Aplicação do art. 22 do Decreto nº 7.892/2013, alterado pelo Decreto nº 8.250/2014. Possibilidade. Pelo deferimento e providências que o caso requer".

Proc: 5527/2014.
Interessado:Controladoria Interna do MP/AL.
Assunto: Encaminhamento de informações.
Despacho: Junte-se ao Proc. 5113/2014.

Proc: 5528/2014.
Interessado:Controladoria Interna do MP/AL.
Assunto: Encaminhamento de informações.
Despacho: Junte-se ao Proc. 3781/2013.

Proc: 5531/2014.
Interessado: Anselmo Roberto de Almeida Brito, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.
Assunto: Encaminhamento de documentos.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 5548/2014.
Interessado: Dr. Carlos Davi Lopes Correia Lima, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de diárias.
Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, arquive-se.

Proc: 5549/2014.
Interessado: Dr. Carlos Davi Lopes Correia Lima, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de diárias.
Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, arquive-se.

Proc: 5550/2014.
Interessado: Dr. Carlos Eduardo Baltar Maia, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de diárias.
Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, arquive-se.

Proc: 5553/2014.
Interessado: José Alberto Ribeiro, funcionário desta PGJ.
Assunto: Requerimento de diárias.
Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, arquive-se.

Proc: 5554/2014.
Interessado: Dr. João Batista dos Santos Filho, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de diárias.
Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, arquive-se.

Proc: 5560/2014.
Interessado: OAB Alagoas.
Assunto: Encaminhamento de informações.
Despacho: Ciente. Arquive-se.

Proc: 5564/2014.
Interessado: Dra. Ilda Regina Reis Plácido, Promotora de Justiça.
Assunto: Requerimento de diárias.
Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, arquive-se.

Proc: 5566/2014.
Interessado: Lourival Emiliano da Silva, funcionário cedido a este Ministério Público Estadual.
Assunto: Requerimento de diárias.
Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, arquive-se.

Proc: 5587/2014.
Interessado: Dra. Nísia Cunha Rios Cavalcanti, Promotora de Justiça.
Assunto: Encaminhamento de documentos (cópia do Proc. 3754/2014).
Despacho: Em face da manifestação da Dra. Nísia Cunha Rios Cavalcanti, à fl. 2, evoluam os autos à 65ª Promotoria de Justiça da Capital.

Proc: 5590/2014.
Interessado: Dr. Rogério Paranhos Gonçalves, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: Ao interessado para se manifestar sobre a informação da DP, voltando.

Proc: 5600/2014.
Interessado: Diretoria de Comunicação Social.
Assunto: Requerimento de diárias.
Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, arquive-se.

Proc: 5602/2014.
Interessado: Agência Nacional do Petróleo - ANP.
Assunto: Encaminhamento do Procedimento Administrativo ANP nºs 48611.000041/2013-67, 48611.000045/2013-45 e 48611.000545/2013-87.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 5603/2014.
Interessado: Manoel Almeida Pinto, Vereador de Matriz de Camaragibe.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 5604/2014.
Interessado: Coordenação da Promotoria de Justiça Criminal Não Privativa.
Assunto: Encaminhamento de documentos (cópia de peças do Processo: 0074117-18.2014.8.13.0362, oriundo do Juízo de Direito da Comarca de João Monlevade).
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 5605/2014.
Interessado: Conselheiro Cícero Amélio da Silva, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.
Assunto: Encaminhamento de documentos (Resolução nº 199/14).
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 5622/2014.
Interessado: Álvaro Carvalho Macêdo dos Santos, Analista do Ministério Público.
Assunto: Requerimento de licença médica.
Despacho: Defiro a licença no período assinalado no atestado médico anexo. À DP para as anotações pertinentes. Após, arquive-se.

Proc: 5629/2014.
Interessado: Prefeitura Municipal de Jucurutu.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À DG para as medidas cabíveis.

Proc: 5639/2014.
Interessado: Carlos Tadeu de Andrade Lopes Filho, funcionário desta PGJ.
Assunto: Requerimento de diárias.
Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, arquive-se.

Proc: 5669/2014.
Interessado: Benedito de Lira, Senador.
Assunto: Encaminhamento de informações.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 5670/2014.
Interessado: Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda e outros.
Assunto: Requerimento de certidão.
Despacho: À Coordenação das Promotorias de Justiça com Atribuições de Defesa da Ordem Econômica e Relações de Consumo.

Proc: 5688/2014.
Interessado: Dr. Luiz Tenório Oliveira de Almeida, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de diárias.
Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, arquive-se.

Proc: 5689/2014.
Interessado: Dr. Cláudio Pereira Pinheiro, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de diárias.
Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, arquive-se.

Proc: 5692/2014.
Interessado: Silvânio Barbosa dos Santos, Vereador de Maceió.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 5693/2014.
Interessado: 4ª Promotoria de Justiça da Capital.
Assunto: Encaminhamento de documentos (Proc. 3905/2014).
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 5701/2014.
Interessado: 5ª Vara do Trabalho de Maceió/AL.
Assunto: Encaminhamento de documentos (cópia de peças da Reclamação Trabalhista nº 0011051-51.2013.5.19.0005).
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 5716/2014.
Interessado: Ministério Público de Contas do Estado de Alagoas.
Assunto: Requerimento de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 16 de dezembro de 2014.
Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Analista do Ministério Público

Protocolo 123494

ATO DE EXONERAÇÃO Nº 032/2014

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, e em atendimento ao requerido no Proc. PGJ nº 5662/2014, resolve exonerar JOSÉ ALBERTO RIBEIRO, do cargo de Técnico do Ministério Público, Código AE-104-PGJ, do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público, com efeitos retroativos ao dia 10 de dezembro de 2014.
Procuradoria-Geral de Justiça, em Maceió, 11 de dezembro de 2014.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 123373

PORTARIA PGJ nº 1364, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. JOMAR AMORIM DE MORAES, 2º Promotor de Justiça de Palmeira dos Índios, de 2ª entrância, portador do CPF nº 383.566.275-91, matrícula nº 69196, 5 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R$ 195,79 (cento e noventa e cinco reais e setenta e nove centavos), perfazendo um total de R$ 978,95 (novecentos e setenta e oito reais e noventa e cinco centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Maribondo, nos dias 2, 3, 9, 12 e 16 de dezembro do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Maribondo, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 1.098, de 24 de outubro de 2014, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 1365, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V, do artigo 9º da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE designar a Dra. MIRYÃ TAVARES PINTO CARDOSO FERRO, 54ª Promotora de Justiça da Capital, para atuar nos autos do processo nº 0700517-38.2014.8.02.0067, em tramitação na 6ª Vara Criminal da Capital.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 1366, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V, do artigo 9º da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE designar o Dr. GIVALDO DE BARROS LESSA, 58º Promotor de Justiça da Capital, para atuar nos autos do processo nº 0712518-59.2014.8.02.0001, em tramitação na 6ª Vara Criminal da Capital.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 1367, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor de JOSÉ ALBERTO RIBEIRO, Técnico do Ministério Público e membro da Comissão de Inventário, portador do CPF nº 064.996.294-05, matrícula 826177-6, 2 (duas) meias diárias, no valor unitário de R$ 75,00 (setenta e cinco reais), perfazendo um total de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), em face do seu deslocamento às cidades de Joaquim Gomes, Flexeiras, Colônia de Leopoldina, e Novo Lino, nos dias 25 e 26 de novembro do corrente ano, para levantamento de inventário, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 1368, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor de JANIXON MONTES BARBOSA, Assessor de Logística e Transporte, lotado no 2º Centro de Apoio Operacional - CAO, sediado na cidade de Arapiraca, portador do CPF nº 893.973.474-20, matrícula nº 825901, 13 (treze) meias diárias, no valor unitário de R$ 75,00 (setenta e cinco reais), perfazendo um total de R$ 975,00 (novecentos e setenta e cinco reais), em face do seu deslocamento à cidade de Maceió, nos dias 3, 5, 7, 10, 13, 17 e 24 de novembro e 2, 3, 5, 10, 15 e 17 de dezembro do corrente ano, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.422.0003.2096.0000 - Manutenção dos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 1369, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor da Dra. ILDA REGINA REIS PLÁCIDO, Promotora de Justiça de Messias, de 1ª entrância, portadora do CPF nº 564.379.514-00, matrícula nº 69206, 3 (três) meias diárias, no valor unitário de R$ 176,21 (cento e setenta e seis reais e vinte e um centavos), perfazendo um total de R$ 528,63 (quinhentos e vinte e oito reais e sessenta e três centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Major Isidoro, nos dias 9, 16 e 17 de dezembro do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Major Isidoro, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 84, de 30 de janeiro de 2014, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 1370, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. CARLOS DAVI LOPES CORREIA LIMA, Promotor de Justiça de Porto de Pedras, de 1ª entrância, portador do CPF nº 059.623.194-60, matrícula nº 8260648, 10 (dez) meias diárias, no valor unitário de R$ 176,21 (cento e setenta e seis reais e vinte e um centavos), perfazendo um total de R$ 1.762,10 (mil setecentos e sessenta e dois reais e dez centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Joaquim Gomes, nos dias 24 de setembro, 1º, 8, 15, 22 e 29 de outubro e 5, 12, 19 e 26 de novembro do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Joaquim Gomes, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 647, de 8 de julho de 2014, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 1371, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. CARLOS DAVI LOPES CORREIA LIMA, Promotor de Justiça de Porto de Pedras, de 1ª entrância, portador do CPF nº 059.623.194-60, matrícula nº 8260648, ½ (meia) diária, no valor de R$ 176,21 (cento e setenta e seis reais e vinte e um centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Joaquim Gomes, no dia 3 de dezembro do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Joaquim Gomes, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 647, de 8 de julho de 2014, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 1372, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor de JOÃO ALCIDES DE SÁ CERQUEIRA, Técnico do Ministério Público, integrante do projeto "SOCIOEDUCAÇÃO: LUGAR DE ADOLESCENTE É EM CASA", portador do CPF nº 010.270.154-76, matrícula nº 825369, ½ (meia) diária, no valor de R$ 75,00 (setenta e cinco reais), em face do seu deslocamento às cidades de São Miguel dos Campos e Coruripe, no dia 16 de dezembro do corrente ano, para realizar aplicação dos questionários de avaliação dos CREAS e serviços de LA/PSC, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 1373, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor de VICTOR HUGO LESSA PIERRE, Analista do Ministério Público - Área Gestão Pública, integrante do projeto "SOCIOEDUCAÇÃO: LUGAR DE ADOLESCENTE É EM CASA", portador do CPF nº 077.001.604-90, matrícula nº 825501, ½ (meia) diária, no valor de R$ 75,00 (setenta e cinco reais), em face do seu deslocamento às cidades de São Miguel dos Campos e Coruripe, no dia 16 de dezembro do corrente ano, para realizar aplicação dos questionários de avaliação dos CREAS e serviços de LA/PSC, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 1374, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor de LOURIVAL EMILIANO DA SILVA, servidor cedido da Prefeitura Municipal de Arapiraca a este Ministério Público em Arapiraca, através da Portaria nº 1.535, de 12 de dezembro de 2013, portador do CPF nº 003.675.508.73, matrícula nº 826074-5, ½ (meia) diária, no valor de R$ 75,00 (setenta e cinco reais), em face do seu deslocamento à cidade de Santana do Ipanema, no dia 3 de dezembro do corrente ano, para transportar o Dr. Napoleão Amaral Franco, Promotor de Justiça, para realização de atividades de interesse do 2º Centro de Apoio Operacional, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.422.0003.2096.0000 - Manutenção dos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 1375, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de

novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor de CARLOS TADEU DE ANDRADE LOPES FILHO, Oficial de Transportes, portador do CPF nº 051.827.094-71, matrícula nº 8251681, ½ (meia) diária, no valor de R$ 75,00 (setenta e cinco reais), em face do seu deslocamento à cidade de Viçosa, no dia 13 de novembro do corrente ano, a serviço da 26ª Promotoria de Justiça da Capital, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 1376, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor de JANAÍNA RIBEIRO SOARES, Diretora de Comunicação Social, portadora do CPF nº 007.805.834-18, matrícula nº 825927, 1 (uma) diária, no valor de R$ 352,43 (trezentos e cinquenta e dois reais e quarenta e três centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Arapiraca, no dia 8 de dezembro do corrente ano, para acompanhamento jornalístico e fotográfico por conta das atividades do Dia Internacional de Combate à Corrupção, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 1377, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor de ANDERSON MACENA CAVALCANTE, Assessor Administrativo, portador do CPF nº 060.243.984-17, matrícula nº 825919, 1 (uma) diária, no valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), em face do seu deslocamento à cidade de Arapiraca, no dia 8 de dezembro do corrente ano, para acompanhamento jornalístico e fotográfico por conta das atividades do Dia Internacional de Combate à Corrupção, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 1378, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. CLÁUDIO PEREIRA PINHEIRO, 65º Promotor de Justiça da Capital, de 3ª entrância, portador do CPF nº 058.627.955-53, matrícula nº 27649, 5 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R$ 217,55 (duzentos e dezessete reais e cinquenta e cinco centavos), perfazendo um total de R$ 1.087,75 (mil e oitenta e sete reais e setenta e cinco centavos), em face do seu deslocamento à cidade de São Sebastião, nos dias 1, 2, 4, 10 e 11 de dezembro do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de São Sebastião, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 311, de 09 de abril de 2013, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 1379, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. JOÃO BATISTA DO SANTOS FILHO, 1º Promotor de Justiça de Delmiro Gouveia, de 2ª entrância, portador do CPF nº 422.993.145-04, matrícula nº 69098, 8 (oito) meias diárias, no valor unitário de R$ 195,79 (cento e noventa e cinco reais e setenta e nove centavos), perfazendo um total de R$ 1.566,32 (mil quinhentos e sessenta e seis reais e trinta e dois centavos), em face do seu deslocamento à Santana do Ipanema, nos dias 2, 9, 23 e 30 de setembro, 7, 14 e 21 de outubro e 4 de novembro do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na 4ª Promotoria de Justiça de Santana do Ipanema, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 291, de 04 de abril de 2013, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 1380, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. JOÃO BATISTA DO SANTOS FILHO, 1º Promotor de Justiça de Delmiro Gouveia, de 2ª entrância, portador do CPF nº 422.993.145-04, matrícula nº 69098, 4 (quatro) meias diárias, no valor unitário de R$ 195,79 (cento e noventa e cinco reais e setenta e nove centavos), perfazendo um total de R$ 783,16 (setecentos e oitenta e três reais e dezesseis centavos), em face do seu deslocamento à Santana do Ipanema, nos dias 8, 15, 22 e 29 de outubro do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na 1ª Promotoria de Justiça de Santana do Ipanema, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 1.029, de 7 de outubro de 2014, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 1381, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. LUIZ TENÓRIO OLIVEIRA DE ALMEIDA, 2º Promotor de Justiça de Atalaia, de 2ª entrância, portador do CPF nº 239.509.864-72, matrícula nº 69132, 5 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R$ 195,79 (cento e noventa e cinco reais e setenta e nove centavos), perfazendo um total de R$ 978,95 (novecentos e setenta e oito reais e noventa e cinco centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Santana do Ipanema, nos dias 5, 12, 19, 26 e 27 de novembro do corrente ano, para desempenhar

suas funções institucionais na 3ª Promotoria de Justiça de Santana do Ipanema, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 757, de 5 de agosto de 2014, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 1382, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. ALFREDO GASPAR DE MENDONÇA NETO, 48º Promotor de Justiça da Capital, portador do CPF nº 725.030.174-87, matrícula nº 76577, 3 (três) diárias, no valor unitário de R$ 598,27 (quinhentos e noventa e oito reais e vinte e sete centavos), perfazendo um total de R$ 1.794,81 (mil setecentos e noventa e quatro reais e oitenta e um centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Vitória - ES, no período de 3 a 6 de dezembro do corrente ano, para participar do Curso de Capacitação em Técnicas de Investigação Sobre Criminalidade Organizada, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.091.0003.2363.0000 - Manutenção dos Serviços de Inteligência do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 1383, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. ANTÔNIO LUIZ DOS SANTOS FILHO, 2º Promotor de Justiça de Santana do Ipanema, de 2ª entrância, portador do CPF nº 039.650.664-04, matrícula nº 69197, 3 (três) diárias, no valor unitário de R$ 538,44 (quinhentos e noventa e oito reais e vinte e sete centavos), perfazendo um total de R$ 1.615,32 (mil seiscentos e quinze reais e trinta e dois centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Vitória - ES, no período de 3 a 6 de dezembro do corrente ano, para participar do Curso de Capacitação em Técnicas de Investigação Sobre Criminalidade Organizada, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.091.0003.2363.0000 - Manutenção dos Serviços de Inteligência do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

Protocolo 123406

SÚMULA DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2013

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ Nº 12.472.734/0001-52)
CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A (CNPJ N° 33.530.486/0001-29).
DO OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato de serviços de operação do serviço telefônico fixo comutado (STFC), na modalidade local, com fornecimento de central por comodato, por meio de entroncamentos digitais (E1), serviço de discagem direta a ramal - DDR, linhas analógicas e na modalidade longa distância nacional, nº 02/2013, pelo período de 12 (doze) meses, contado de 01 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015, face previsão expressa na cláusula terceira e parecer favorável do gestor do contrato, aplicação do artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93, conforme disposições constantes no processo nº PGJ-4371/2014.
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusas no PPA- 2012-2015, no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Naturezas de despesa: 339039 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.
DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário, supra referido e não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.
DATA DA ASSINATURA: 15 de dezembro de 2014.
SIGNATÁRIOS: Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá (Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas); Genilson Vinhas Batista e Renato Brandão de Moraes (Representantes legais da Contratada).

Protocolo 123292

SÚMULA DO CONTRATO Nº 42/2014

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).
CONTRATADA: INOVA TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E REPRESENTAÇÕES LTDA (CNPJ nº 01.427.728/0001-67).
DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Solução de e-mail corporativa Zimbra Network Edition, com instalação, migração, integração, personalização e treinamento, para uso nas dependências do Ministério Público, por adesão a Ata de Registro de Preços nº 07/2014 - advinda do Pregão Presencial nº 088/2013 da Empresa Brasil de Comunicação S.A - EBC, de acordo com as quantidades, as especificações e demais exigências estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência, sendo: 800 (oitocentas) licenças de contas de e-mail - Zimbra Collaboration Suite, Network Edition versão Professional Edition; Contratação de 03 (três) Treinamentos de Administração Zimbra, certificado pelo fabricante; Contratação de 06 (seis) Treinamentos de Suporte e Help Desk ao ambiente de usuários Zimbra.
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Objeto de Adesão a Ata de Registro de Preços, com aplicação do Ato Normativo PGJ nº 11/2005, Lei 8.666/93 e suas alterações, conforme Processo nº PGJ/AL-4453/2014, que passará a fazer parte integrante deste e a ele vinculando-se diretamente. Aplica-se a esta contratação as disposições constantes na Ata de Registro de Preços nº 07/2014 e Edital do Pregão nº 088/2013 da Empresa Brasil de Comunicação S.A - EBC.
DO VALOR: R$ 114.784,00 (cento e quatorze mil, setecentos e oitenta e quatro reais).
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusas no PPA- 2012-2015, no Programa de Trabalho 03.091.0241.1014.0000 - Informatização do Ministério Público, Natureza de Despesa: 449039 - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.
DA VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 120 (cento e vinte dias) dias contados a partir da data de sua assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 16 de dezembro de 2014.
SIGNATÁRIOS: Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá (Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas) e Marcelo Rezende Correa (Representante legal da Contratada).

Protocolo 123377

SÚMULA DO CONTRATO Nº 43/2014

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).
CONTRATADA: CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A (CNPJ nº 01.554.285/0001-75).
DO OBJETO: Aquisição de Certificados Digitais padrão ICP-Brasil, tipo A3, com validade de 3 (três) anos, com fornecimento de tokens criptográficos para seu armazenamento, por adesão a Ata de Registro de Preços nº 072/2014 do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, conforme especificações detalhadas constantes do Termo de Referência (Anexo I) do Edital do Pregão nº 042/2014-TJ/AL, conforme disposições constantes no processo nº PGJ/AL-5174/2014.
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Objeto de Adesão a Ata de Registro de Preços, com aplicação do Ato Normativo PGJ nº 11/2005, Lei 8.666/93 e suas alterações, conforme Processo nº PGJ/AL-5174/2014, que passará a fazer parte integrante deste e a ele vinculando-se diretamente. Aplica-se a esta contratação as disposições constantes na Ata de Registro de Preços nº 072/2014 e Edital do Pregão nº 042/2014 do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.
DO VALOR: R$ 57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais).
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusas no PPA- 2012-2015, no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Naturezas de Despesa: 339039 - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.

DA VIGÊNCIA: O presente Contrato terá vigência contada a partir da data de sua assinatura até o final do prazo de 36 (trinta e seis) meses de garantia do certificado digital.
DATA DA ASSINATURA: 16 de dezembro de 2014.
SIGNATÁRIOS: Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá (Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas); Isaac Khafif e Paulo César Iijima (Representantes legais da Contratada).

Protocolo 123456

SÚMULA DO CONTRATO Nº 44/2014

CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).
CONTRATADA: BRASOFTWARE INFORMÁTICA LTDA (CNPJ nº 57.142.978/0001-05).
DO OBJETO: Fornecimento de licença de uso de softwares com suporte de atualizações e técnico pelo período de 36 (trinta e seis) meses, por adesão a Ata de Registro de Preços nº 044/2014 PGJ/MPPB - advinda do Pregão Presencial nº 054/2014 do Ministério Público do Estado da Paraíba, conforme disposições constantes no processo nº PGJ/AL-5244/2014, sendo: 10 (dez) Licenças de Uso do Windows Server 2012 R2 Datacenter; 500 (quinhentas) Licenças de Uso para licenças de Acesso para Cliente para o Windows Server 2012 R2 Datacenter (Licenças por Dispositivo); 4 (quatro) Licenças de Uso para licenças de Acesso para Cliente do Terminal Service para o Windows Server 2012 R2 Datacenter (Licença por Usuário).
DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Objeto de Adesão a Ata de Registro de Preços, com aplicação do Ato Normativo PGJ nº 11/2005, Lei 8.666/93 e suas alterações, conforme Processo nº PGJ/AL-5244/2014, que passará a fazer parte integrante deste e a ele vinculando-se diretamente. Aplica-se a esta contratação as disposições constantes na Ata de Registro de Preços nº 044/2014 e Edital do Pregão nº 054/2014 do Ministério Público do Estado da Paraíba.
DO VALOR: R$ 273.560,00 (duzentos e setenta e três mil, quinhentos e sessenta reais).
DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusas no PPA- 2012-2015, no Programa de Trabalho 03.091.0241.1014.0000 - Informatização do Ministério Público, Natureza de Despesa: 449039 - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica.
DA VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará por 36 (trinta e seis) meses contados a partir da data de assinatura, em face ao suporte para atualizações e suporte técnico.
DATA DA ASSINATURA: 16 de dezembro de 2014.
SIGNATÁRIOS: Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá (Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas) e Romualdo Rodrigues Cartaxo (Representante legal da Contratada).

Protocolo 123460

==========
>>>>>>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<<<<
==========
AO(S) '16' DIA(S) DO MÊS DE DEZEMBRO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DO SETOR DE PROTOCOLO, ENCAMINHOU ATÉ AS 13:30, OS SEGUINTES PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:
##
Proc. 2636/2014
Interessado:
IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
COMUNICAÇÃO DE CRIME
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 4443/2014
Interessado:
JUIZO DE DIREITO DA 6ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL
Natureza:
COMUNICANDO ARQUIVAMENTO
Assunto:
COMUNICANDO
Remetido para:
PROTOCOLO
##
Proc. 4443/2014
Interessado:
JUIZO DE DIREITO DA 6ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL
Natureza:
COMUNICANDO ARQUIVAMENTO
Assunto:
COMUNICANDO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 4208/2014
Interessado:
JUIZO DE DIREITO - 5ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL
Natureza:
REQ. PROVIDENCIAS
Assunto:
REQUERENDO PROVIDENCIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 5717/2014
Interessado:
IGREJA PENTECOSTAL IDE E ANUNCIAI
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
SOLICITANDO ADESÃO AO TAC
Remetido para:
PROMOTORIA DE JUSTICA COLETIVA ESPECIALIZADA DE DEFESA DO CONSUMIDOR
##
Proc. 5725/2014
Interessado:
MARIA EDLEUZA DE AQUINO LIMA, FUNCIONÁRIA DESTA PGJ
Natureza:
REQUERIMENTO DE FERIAS
Assunto:
FERIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 5720/2014
Interessado:
DR. SERGIO AMARAL SCALA,PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO ADIAMENTO DE FERIAS
Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS.
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 5726/2014
Interessado:
DRA. DELMA M. COSTA DE A. PANTALEÃO,PROMOTORA DE JUSTIÇA
Natureza:
REQUERENDO DIARIA(S)
Assunto:
DIARIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 5722/2014
Interessado:
SEST/SENAT - SERVIÇO SOCIAL DO TRANSPORTE E SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
SOLICITANDO ADESÃO AO TAC
Remetido para:
PROMOTORIA DE JUSTICA COLETIVA ESPECIALIZADA DE DEFESA DO CONSUMIDOR
##
Proc. 5723/2014
Interessado:
ALANA CARINA DE BARROS LIMA DANTAS PEIXOTO, FUNCIONÁRIA DESTA PGJ
Natureza:
REQUERENDO FERIAS
Assunto:
FERIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 5724/2014
Interessado:
JOE CAVALCANTE DA ROCHA, FUNCIONÁRIO DESTA PGJ
Natureza:
REQUERENDO FERIAS
Assunto:
FERIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 5710/2014
Interessado:
MPF-PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
NOTICIA DE FATO N° 1.11.000.000556/2014-71
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 5711/2014
Interessado:
MPF-PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
REF.: PROCEDIMENTO PREPARATORIO N° 1.11.000.000793/2014-31
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 5727/2014
Interessado:
HUBENILDA NEVES VILELA
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS. CONCLUSÃO DE ENSINO MEDIO.
Remetido para:
PROMOTORIA DE JUSTICA COLETIVA ESPECIALIZADA DE DEFESA DO CONSUMIDOR
##
Proc. 5709/2014
Interessado:
JUIZO DE DIREITO DA VARA DO UNICO OFICIO DE MARAGOGI
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
SOLICITAÇÃO DE INDICAÇÃO DE 1 PROMOTOR
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 5715/2014
Interessado:
GOVERNO DE ALAGOAS, SECRETARIA DE ESTADO DE RESSOCIALIZAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL, GABINETE DO SECRETÁRIO
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
INFORMAÇÕES SOBRE APREENSÃO DE MATERIAIS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 5719/2014
Interessado:
RENATA DE NEGREIROS GUERRA STUDART, FUNCIONÁRIA DESTA PGJ
Natureza:
REQUERIMENTO DE FERIAS
Assunto:
FERIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 5734/2014
Interessado:
SMCCU - SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE CONTROLE DO CONVÍVIO URBANO
Natureza:
REMETENDO INFORMACOES
Assunto:
ENCAMINHANDO COPIA DOS PROCESSOS N 4000.52124/2013
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 5733/2014
Interessado:
SMCCU - SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE CONTROLE DO CONVÍVIO URBANO
Natureza:
REMETENDO INFORMACOES
Assunto:
ENCAMINHANDO COPIA DO PROCESSO N. 4000.111525/2013
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 5732/2014
Interessado:
SMCCU - SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE CONTROLE DO CONVÍVIO URBANO
Natureza:
REMETENDO INFORMACOES
Assunto:
ENCAMINHANDO COPIA DO PROCESSO N 4000.86729/2013
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 5731/2014
Interessado:
SMCCU - SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE CONTROLE DO CONVÍVIO URBANO
Natureza:
REMETENDO INFORMACOES
Assunto:
ENCAMINHANDO COPIA DO PROCESSO N. 4000.36094/2014
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 5730/2014
Interessado:
SMCCU - SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE CONTROLE DO CONVÍVIO URBANO
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
ENCAMINHANDO CÓPIA DO PROCESSO N. 4000.60413/2014
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 5735/2014
Interessado:
DR. LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO,PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
ENCAMINHAMENTO DE PROCEDIMENTOS
Remetido para:
CONSELHO SUPERIOR
##
Proc. 5729/2014
Interessado:
VISEU ADVOGADOS
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
REF.: INSTAURAÇÃO DE INQUERITO POLICIAL
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 5738/2014
Interessado:
DJAIR CAVALCANTE SILVA
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
RECURSO DE CARATER ADMINISTRATIVO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 5737/2014
Interessado:
DJAIR CAVALCANTE SILVA
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
RECURSO DE CARATER ADMINISTRATIVO - SOLICITAÇÃO DE ANULAÇÃO E REAGENDAMENTO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 5739/2014
Interessado:
DR. ROGERIO PARANHOS GONCALVES, PROMOTOR DE JUSTICA
Natureza:
REQUERENDO FERIAS
Assunto:
FERIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 5736/2014
Interessado:
PROMOTORIA DE JUSTIÇA COLETIVA ESPECIALIZADA DE FUNDAÇÕES
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
ENCAMINHANDO PRESTAÇÃO DE CONTAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 5728/2014
Interessado:
RECOMEÇO , CLINICA ESPECIALIZADA EM DEPENDENCIA QUIMICA
Natureza:
REMETENDO INFORMACOES
Assunto:
COMUNICADO DE INTERNAÇÃO INVOLUNTÁRIA
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 5740/2014
Interessado:
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO-FNDE
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
SIOPE - INDICADORES EDUCACIONAIS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##
Proc. 5741/2014
Interessado:
ADEAL/AGENCIA DE DEFESA E INSPECAO AGROPECUARIA DE ALAGOAS
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
SUSPENSÃO DO REGISTRO NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO ESTADUAL DE ESTABELECIMENTO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
##

RANULFO PAES ARAUJO
ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA

==========

Protocolo 123434

Colégio de Procuradores de Justiça

Estado de Alagoas
Ministério Público Estadual
Colégio de Procuradores de Justiça

ATA DA ELEIÇÃO PARA ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS-EXERCÍCIO 2015.

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze (15/12/2014), às oito horas, na sala dos Órgãos Colegiados do MPE/AL, localizada no 4º (quarto) andar do Edifício-sede do Ministério Público do Estado de Alagoas, situado na Rua Dr. Pedro Jorge Melo e Silva, nº 79, Bairro do Poço, nesta Cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, compareceram inicialmente os membros da Comissão Eleitoral, a saber: Excelentíssimo Senhor Doutor Sérgio Jucá (Procurador-Geral de Justiça e Presidente da Comissão Eleitoral) e os Excelentíssimos Senhores Promotores de Justiça Isaac Sandes Dias e Cláudio José Brandão Sá, para eleição que visa a escolha dos Membros que comporão o Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas, no exercício de 2015, conforme Resolução CPJ nº 06/2014 e Edital de Convocação, devidamente publicados na Imprensa Oficial do Estado. Verificada a regularidade dos atos que precederam o sufrágio, deu-se início aos trabalhos, abrindo-se a urna e mostrado o seu interior aos fiscais e candidatos presentes, não havendo impugnação. Começada a votação pontualmente às 09 (nove) horas, durante o seu curso inexistiu incidentes. Realizada a última chamada para votação, não havendo eleitores no recinto que não votaram, foi declarada encerrada a votação às 17 horas pelo Presidente da Comissão. Conferida a lista de votação, observou-se que compareceram 138 (cento e trinta e oito) membros, do total de 153 (cento e cinquenta três). Convidou então a Comissão Eleitoral os candidatos, seus fiscais e os eleitores presentes para, querendo, acompanharem a abertura da urna e a apuração dos votos. Não houve também incidentes durante a apuração. As cédulas foram retiradas da urna e contadas, coincidindo seu número com o número de votantes. Em seguida, foi feita a apuração dos votos, não havendo impugnação, cujo resultado, conforme a ordem consignada na cédula eleitoral, foi a seguinte: Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça Geraldo Magela Barbosa Pirauá (com 60 votos), Walber José Valente de Lima (com 63 votos), Lean Antônio Ferreira de Araújo (com 90 votos), Dilmar Lopes Camerino (com 92 votos), Eduardo Tavares Mendes (com 98 votos), Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (com 82 votos), Valter José de Omena Acioly (com 56 votos), e Denise Guimarães de Oliveira (com 76 votos). Foram apurados ainda 73 (setenta e três) votos em branco, inexistindo votos nulos. Encerrada a apuração, não havendo impugnações a decidir, foi proclamado o resultado da eleição dos membros que comporão o Conselho Superior do Ministério Público no ano de 2015, os cinco primeiros como titulares e os três últimos como suplentes, a saber: Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça Eduardo Tavares Mendes (com 98 votos), Dilmar Lopes Camerino (com 92 votos), Lean Antônio Ferreira de Araújo (com 90 votos), Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (com 82 votos), Denise Guimarães de Oliveira (com 76 votos), Walber José Valente de Lima (com 63 votos), Geraldo Magela Barbosa Pirauá (com 60 votos) e Valter José de Omena Acioly (com 56 votos). Em seguida, o Presidente da Comissão Eleitoral determinou que fosse encaminhado ofício ao Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público objetivando a ciência do resultado desta eleição ao mencionado Colégio. Para fins de divulgação, restou ainda determinada a publicação desta Ata no Diário Oficial do Estado de Alagoas. Nada mais havendo, o Presidente da Comissão Eleitoral parabenizou a todos, agradecendo sobremodo o trabalho e a disponibilidade dos demais membros da Comissão. Determinou finalmente a lavratura desta Ata, pelo membro mais novo da Comissão, o que fiz e abaixo subscrevo com os demais membros.

Sérgio Jucá
Procurador-Geral de Justiça e Presidente da Comissão Eleitoral

Isaac Sandes Dias
Membro da Comissão Eleitoral

Cláudio José Brandão Sá
Membro da Comissão Eleitoral

Protocolo 123485

Conselho Superior do Ministério Público

PAUTA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CSMP
A SER REALIZADA NO DIA 19.12.2014

Levamos ao conhecimento dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros que, excepcionalmente, na próxima sexta-feira, dia 19.12.2014, às 09h, será realizada sessão do Conselho Superior do Ministério Público na sala dos órgãos colegiados, localizada no 4º andar do edifício-sede, onde serão discutidos e deliberados na forma seguinte:

- Apreciação da ATA da 36ª Reunião Ordinária do ano de 2014.

PROCESSOS PARA CONHECIMENTO

1. Ofício nº 61/2014 (Protocolo Geral nº 1367/2014). Origem: Núcleo de Defesa do Meio Ambiente do 1º Centro de Apoio Operacional. Assunto: Comunicação de remessa, com declínio de atribuições, à Procuradoria da República em Alagoas, dos autos do Processo nº PGJ/AL-2763/2014, que tem por objeto a possível edificação de empreendimento potencialmente poluidor (Posto de Combustíveis) em área de preservação permanente com potencial risco de grave dano ambiental e aos recursos hídricos de curso d'água de domínio da União (Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba - CELMM).
2. Ofício nº 568/2014 (Protocolo Geral nº 1370/2014). Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de remessa, com declínio de atribuições, à Procuradoria da República em Alagoas, dos autos do Processo nº PGJ/AL-5416/2014, que tem por objeto o descumprimento de interdição pela Usina Taquara, com potencial risco de grave dano ambiental e aos recursos hídricos de rios de domínio da União (Taquara e Jacuípe).
3. Requerimento s/n- (Protocolo Geral nº 1372/2014). Interessada: Amélia Adriana de Carvalho Campelo, Promotora de Justiça. Assunto: Comunicação da conclusão do curso de Mestrado, que teve como resultado a defesa da tese "O Papel do Ministério Público Brasileiro e a Realização do Direito: Entre o Estado de Ativação Social e o Controle do Mérito Administrativo", e da reassunção de funções ministeriais.
4. Ofício nº 1128-B/2014 (Protocolo Geral nº 1373/2014). Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Porto Calvo. Assunto: Comunicação de instauração, através da portaria nº 01/2014, de Inquérito Civil Público (PGJ/AL-3652/2014), que tem por objeto possível ato de improbidade administrativa praticado pelo Chefe do Executivo do Município de Campestre, especificamente a contratação de serviços de assistência jurídica sem o devido procedimento licitatório (ou com a indevida declaração de inexibilidade de licitação).
5. Ofício nº 390/2014 (Protocolo Geral nº 1384/2014). Origem: Promotoria de Justiça de São Luis do Quitunde. Assunto: Encaminhamento de ação civil pública ajuizada contra o Município de São Luis do Quitunde, que tem por objeto o adequado fornecimento de merenda escolar em todas escolas da rede municipal.
6. Ofício nº 550/2014 (Protocolo Geral nº 1393/2014). Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital. Assunto: Comunicação de instauração de Procedimento Preparatório, que tem por objeto suposta instalação, sem autorização ambiental, de galpão com equipamentos de tratamento de resíduos perigosos, inclusive hospitalares, na Av. Menino Marcelo, 2000-C, bairro de Serraria, nesta capital.

PROCESSO DE PROMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE PARA A 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PALMEIRAS DOS ÍNDIOS, DE 2ª ENTRÂNCIA

- Thiago Chacon Delgado (PGJ/AL-5509/2014)
- Paulo Roberto de Melo Alves Filho (PGJ/AL-5511/2014)
- Marllisson Andrade Silva (PGJ/AL-5557/2014)
- Vinícius Ferreira Calheiros Alves (PGJ/AL-5558/2014)
- Eloá de Carvalho Melo (PGJ/AL-5567/2014)
- Fernando Padilha Alves (PGJ/AL-5585/2014)

PROCESSOS PARA DELIBERAÇÃO

1. Memorando nº 191/2014. Origem: Secretaria do Conselho Superior. Assunto: Encaminhamento de Relatório Anual de Atividades para o ano de 2014.
2. Procedimento Administrativo nº PGJ/AL-5534/2014. Interessado: Dr. George Sarmento Lins Júnior, Promotor de Justiça. Assunto: Requerimento de afastamento para frequência em curso de pós-graduação no exterior.

PROCESSOS PARA DELIBERAÇÃO (REEXAME DE PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO)

1. Procedimento Preparatório nº 22/2013 (PGJ/AL-15/2013). Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro. Interessado(a): SATEAL. Assunto: Falta de geradores de energia em Hospital. Relator: Conselheiro Lean Antônio Ferreira de Araújo.
2. Procedimento Administrativo nº 09/2013 (PGJ/AL-1517/2013). Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro. Interessado(a): Sob sigilo. Assunto: Notícia de contratação precária de pessoal sem concurso. Relator: Conselheiro Lean Antônio Ferreira de Araújo.
3. Procedimento Administrativo nº SAP-020/2014. Origem: 6ª Promotoria de Justiça de Arapiraca. Interessado(a): Construtora e Incorporadora Imburama LTDA. Assunto: Notícia de turbação de posse. Relator: Conselheiro Lean Antônio Ferreira de Araújo.
4. Inquérito Civil Público nº PGJ/AL-3598/2012 (02 vols.). Origem: Núcleo do Meio Ambiente do 1º Centro de Apoio Operacional. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: Apuração de irregularidades ambientais na Usina Taquara. Relator: Conselheiro Lean Antônio Ferreira de Araújo.
5. Procedimento Administrativo nº PGJ/AL-5924/2013 apenso Procedimento Administrativo nº PGJ/AL-1083/2014. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos. Interessado(a): Carlos André Serverino dos Santos e outros. Assunto: Notícia da prática de possíveis atos de improbidade administrativa por Secretários Municipais de São Miguel dos Campos. Relator: Conselheiro Lean Antônio Ferreira de Araújo.
6. Processo nº PGJ/AL-2941/2012. Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo. Interessado(a): Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas. Assunto: Encaminhamento, diante de solicitação ministerial, de ação penal originária ajuizada em face de ex-gestor do Município de Rio Largo. Relator: Conselheiro Lean Antônio Ferreira de Araújo.
7. Procedimento Administrativo nº 31/11 apenso Processo nº PGJ/AL-195/2011. Origem: 51ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): SINDAPEN - Sindicato dos Agentes Penitenciários de Alagoas. Assunto: Notícia de irregularidades na contratação de pessoal terceirizado no sistema prisional. Relator: Conselheiro Lean Antônio Ferreira de Araújo.
8. Procedimento Preparatório nº 08/2013. Origem: Promotoria de Justiça de Pão de Açucar. Interessado(a): Carlos Eduardo Pereira Bezerra. Assunto: Notícia de irregularidades em procedimento licitatório pelo Município de Pão de Açucar e descumprimento da Lei de Acesso à Informação. Relator: Conselheiro Lean Antônio Ferreira de Araújo.
9. Procedimento Administrativo nº 02/2012 (11 vols. + 3 anexos). Origem: 20ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Ministério Público do Estado de Alagoas. Assunto: Notícia de irregularidades na folha de pagamento do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas. Relator: Conselheiro Lean Antônio Ferreira de Araújo.
10. Inquérito Civil Público nº 03/2014. Origem: Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Interessado(a): Ministério Público. Assunto: Fiscalização dos festejos juninos no ano de 2014. Relator: Conselheiro Marcos Méro.
11. Notícia de Fato nº 277/2014 (PGJ/AL-3126/2014). Origem: Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital. Interessado(a): SMCCU. Assunto: Relatório de fiscalização dos festejos juninos no ano de 2014. Relator: Conselheiro Marcos Méro.
12. Procedimento Administrativo nº 115/2012 (PGJ/AL-1177/2011 - 01 anexo) apenso Procedimento Administrativo nº 36/2012 (PGJ/AL-568/2012). Origem: 20ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado: SINDPOL. Assunto: Notícia de possíveis irregularidades na folha de pagamento dos servidores estaduais, possivelmente causado em razão da implantação de novo sistema de dados, que teria ocasionado danos ao Erário. Relator: Conselheiro Marcos Méro.

Maceió, 15 de dezembro de 2014.

Luiz de Albuquerque Medeiros Filho
Promotor de Justiça
Secretário do Conselho Superior do Ministério Público

Protocolo 123203

Promotorias de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
20ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL/FAZENDA ESTADUAL

RESENHA

A 20ª Promotoria de Justiça da Capital/Fazenda Pública Estadual, através do Promotor de Justiça abaixo assinado, vem, nos termos do art. 10, §1º da Resolução 23, de 17.09.2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, cientificar aos interessados a adoção de providências no Procedimentos Administrativo nº 4822/14 - Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Alagoas - Objeto: Possíveis irregularidades praticadas por ex-Secretário de Estado da Saúde do Estado de Alagoas. Decisão: 06- CONCLLUSÃO. 6.1. É de erudição curial que o uso do poder de acionar, demandar, não é arbitrário e não se abriga nos humores dos agentes ministeriais ou na preferência da autoridade responsável pelo ajuizamento

da lide. Exige-se, um mínimo, de plausibilidade jurídica, da ação ministerial, e, no ingresso da ação de improbidade administrativa ou outra pertinente a espécie. 6.2- O Ministério Público não é e não pode ser um superpoder, acima da lei e da ordem, dotado de prerrogativas especiais para ser o árbitro absoluto de todas as questões a respeito do interesse público e da moralidade pública. Deve sua conduta ser pautada no equilibro emocional, político e de sua atuação, sem tergiversar de seu deveres constitucionais. 6.3. In casu sob exame, não há como, à luz dos elementos coligidos, estabelecer juízo plausível de ilicitudes do gestor vergastado, azorragados, a ponto de sofrer ação judicial. 6.2. Por lado, não se apresenta o gestor azorragado de conduta cujo propósito seja em fraudar o procedimento licitatório, conforme a dicção no comando do artigo 90 da lei federal n. 8.666/93. 6.3. Também não se vislumbra, na nossa visão, fraude ao caráter competitivo da licitação, a ponte de tipificar como crime. 6.4. Doutra banda, não se apresenta conduta de enriquecimento ilícito, não há lampejos de desvio de verbas, não configura malversação de recursos, posto que os serviços foram prestados etc. 6.5. E, finalmente, não se antoja ferimento dos princípios da administração pública e, sem prova robusta e cabal da pseuda ilicitude, capaz de instrumentalizar o pedido ao Magistrado, estreme de duvida, na tipificação, em tese, como ato ímprobo, não há como se justificar o ajuizamento da ação de improbidade administrativa ou outra pertinente a espécie. 6.6. Da analise acurada dos fatos e dos documentos coligidos chega-se a conclusão de que Da analise acurada dos fatos e dos documentos coligidos chega-se a ILAÇÃO DE QUE: 1º- NO QUE CONCERNE A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO ENTRE A PRO-SAÚDE E A SECRETARIA DA SAÚDE HÁ ALBERGUE DA LEI PARA O CASO. 2º- EM RIGOR, A JUSTIFICAÇÃO RECLAMADA PELA LEGISLAÇÃO PERTIENTE À ESPECIE APRESENTA-SE SATISFATÓRIA. 3º- O procedimento adotado pela Secretaria de Saúde encontra guarida no artigo 25 da Lei 8.666/93. 4°- Face ao exposto o Ministério Público, por seu Representante infraassinado manifesta-se pelo ARQUIVAMENTO dos autos. 5º-Remessa ao Conselho Superior do Ministério Público para os fins de reexame da manifestação de ARQUIVAMENTO, consoante dicção do comando do artigo 10º e paragrafo 1º de Resolução 23/2007
Nos termos do parágrafo primeiro da Resolução 23/2007 do CNMP, os interessados dispõem do prazo de 10 dias a contar da data da publicação para interpor recurso administrativo, com a juntada das respectivas razões.

SIDRACK JOSÉ DO NASCIMENTO
Promotor de Justiça

Protocolo 123445

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
51ª Promotoria Criminal da Capital - Execuções Penais

PORTARIA nº 001/2014

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, por seu Promotor de Justiça com atribuições perante a 51 ª Promotoria Criminal da Capital, e considerando que:

Considerando que na semana imediatamente anterior ao recesso de final de ano o volume de atendimentos a familiares e advogados chega a triplicar em relação ao volume normal;

Considerando que na data de hoje existem 194 (cento e noventa e quatro) processos em análise por este Órgão Ministerial;

Considerando que as sucessivas interrupções do trabalho desta análise processual terminam por atrasar as manifestações do Parquet, o que pode acarretar prejuízo ao próprio reeducando;

Considerando ainda que o Doutor Corregedor Geral do Ministério Público Márcio Roberto Tenório de Albuquerque autorizou este Órgão Ministerial a suspender os atendimentos ao público nos dias 17, 18 e 19 de dezembro de 2014 visando a priorizar as referidas análises processuais;

RESOLVE:

Suspender o atendimento ao público nos dias 17, 18 e 19 de dezembro de 2014, visando a priorizar a análise processual dos feitos com vistas ao Parquet.

Maceió, 16 de Dezembro de 2014.

Cyro Eduardo Blatter Moreira
Promotor de Justiça de Execuções Penais

Protocolo 123461